

EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E SUA MATERIALIDADE EM LIVROS DIDÁTICOS: UMA ANÁLISE À LUZ DA LEI 10.639/2003

Gisele Cristina Machado Pessanha ¹

Carlos Alberto Nascimento Silva ²

Caio Roberto Siqueira Lamego ³

RESUMO

A Lei n. 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira nas escolas, visando promover a inclusão e o reconhecimento do relevante papel dos africanos e afrodescendentes na formação identitária do Brasil. Desafios relacionados a efetivação da Lei têm sido observados quando se trata da escassez de materiais didáticos que abordam a temática étnico-racial na escola. A presente pesquisa tem como objetivo analisar a materialidade da História e Cultura Afro-brasileira em materiais didático-pedagógicos ofertados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A metodologia de pesquisa se baseia na abordagem qualitativa. Tomando por referência a materialidade do tema, optou-se por analisar livros didáticos do componente curricular História para os anos finais do ensino fundamental à luz da técnica de análise documental proposta por Cellard (2019). Foi utilizada a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016) para identificar as categorias de análise após a realização da leitura flutuante do material analisado. Dentre os resultados observados destacam-se os avanços na inclusão de conteúdos sobre a história e cultura afro-brasileira, de modo a corrigir a ausência da herança sociocultural e histórica desses povos nos materiais didático-pedagógicos que chegam ao ambiente escolar. A análise possibilitou identificar a materialidade desta temática nos livros didáticos de História com foco na contribuição do negro para a estruturação histórica, social e cultural da sociedade brasileira, bem como a compreensão do processo de escravização contada a partir de um viés que tenta se distanciar da perspectiva eurocêntrica. Entretanto, observa-se a necessidade de novas pesquisas sobre o tema, uma vez que este trabalho não pretende esgotar uma discussão tão urgente e necessária da contemporaneidade. Dessa forma, cabe se debruçar em pesquisas que visam analisar como esta materialidade contribui no enfrentamento contra o racismo e possibilita práticas pedagógicas antirracistas no ambiente escolar.

Palavras-chave: História e cultura negra, Livros didáticos, Anos finais do ensino fundamental, Educação Antirracista, Lei 10.639/2003.

INTRODUÇÃO

A abolição da escravidão no Brasil, oficializada em 13 de maio de 1888, foi resultado de um processo longo e contraditório, permeado por pressões externas, como a

¹ Graduanda em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muiyaert (ISEPAM-FAETEC) - RJ, gisafdc@gmail.com;

² Mestrando em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) e Graduado em Administração pela Universidade Estácio de Sá (ESTÁCIO), c.nascimentoysilva@gmail.com;

³ Professor orientador: Doutor em Ensino em Biociências e Saúde, Instituto Oswaldo Cruz (IOC-Fiocruz) e Docente do Curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muiyaert (ISEPAM-FAETEC) - RJ, Coordenador Institucional do Subprojeto Alfabetização PIBID/CAPES/ISEPAM, caiolamego@gmail.com.



atuação inglesa contra o tráfico transatlântico, e internas, como a resistência e mobilização dos escravizados em busca da liberdade (Silva; Sousa, 2015). Entretanto, a assinatura da Lei Áurea não significou a inclusão da população negra na sociedade, uma vez que o Estado se omitiu em garantir políticas de inserção social, econômica e educacional (Ribeiro, 2006). Diante disso, a herança escravocrata consolidou práticas discriminatórias e racistas que atravessaram o século XX e permanecem na contemporaneidade. Para compreender esse processo, é necessário relacionar o percurso histórico da exclusão com os marcos constitucionais do país e, sobretudo, analisar o papel da educação, especialmente a partir da Lei nº 10.639/2003, como instrumento de transformação social. O fim da escravidão no Brasil não ocorreu de maneira repentina, mas por meio de legislações graduais que visavam atender a pressões internacionais e, ao mesmo tempo, retardar a emancipação plena. A lei de 1831, ainda que pouco efetiva, representou um marco contra o tráfico negreiro. Posteriormente, a Lei Eusébio de Queirós (1850) fortaleceu a repressão ao comércio de escravizados, mas manteve a escravidão como base da economia. Já a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885) tentaram suavizar o sistema escravista, liberando, respectivamente, crianças nascidas após sua promulgação e idosos com mais de 65 anos, mas não romperam com a lógica da exploração (Silva; Sousa, 2015).

A Lei Áurea, apesar de abolir juridicamente a escravidão, foi extremamente lacônica, reduzida a apenas dois artigos, sem qualquer previsão de políticas públicas de amparo aos libertos. Como ressaltam Bastide e Fernandes (1959), a lei apenas reconheceu a liberdade formal, deixando os ex-escravizados à margem de um processo social que exigia qualificação e acesso a direitos, aos quais não tiveram acesso. A análise das constituições brasileiras demonstra a continuidade da marginalização da população negra. A Carta de 1824 ignorou os escravizados, restringindo direitos políticos a proprietários alfabetizados. A Constituição de 1891, primeira da República, apesar do fim formal da escravidão, manteve a exclusão ao impor o critério de alfabetização para o voto, inviabilizando a participação política da maioria dos ex-escravizados. A Constituição de 1934, ainda que com avanços trabalhistas, incentivou a imigração europeia em detrimento da mão de obra negra, perpetuando desigualdades. Durante o Estado Novo (1937) e a Constituição de 1946, a questão racial permaneceu invisibilizada, limitando-se a uma igualdade meramente formal. Somente com a Constituição de 1988 é que se observaram avanços substanciais, como a criminalização do racismo e a ampliação dos direitos sociais (Silva, 2019).



De acordo com Gomes (2017), a escola deve assumir a responsabilidade de promover uma educação antirracista, e os livros didáticos, ao integrarem os princípios da Lei nº 10.639/2003, podem contribuir para a construção de uma identidade nacional plural, que valorize a diversidade cultural. Nesse contexto, a seleção e avaliação desses materiais pelos órgãos competentes devem priorizar conteúdos que contemplem a luta histórica da população negra, seu papel social e suas manifestações culturais. Portanto, os livros didáticos, ao lado de práticas pedagógicas comprometidas, representam não apenas instrumentos de ensino, mas também veículos de transformação social, capazes de influenciar a maneira como os estudantes compreendem o passado e projetam um futuro mais igualitário. Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a materialidade da História e Cultura Afro-brasileira em materiais didático-pedagógicos ofertados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNDL).

A MATERIALIDADE DOS CONTEÚDOS CURRICULARES NOS LIVROS DIDÁTICOS: POSSÍVEIS DIÁLOGOS COM A LEI 10.639/2003

Os livros didáticos ocupam lugar central no processo de ensino-aprendizagem, visto que funcionam como referência principal para professores e estudantes. Nesse sentido, constituem-se como instrumentos fundamentais para a aplicação da Lei nº 10.639/2003, uma vez que podem assegurar a inserção da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no cotidiano escolar. Historicamente, os materiais didáticos reforçaram narrativas eurocêntricas que invisibilizavam ou marginalizavam a contribuição da população negra na formação da sociedade brasileira. Essa lacuna produziu gerações de estudantes que pouco conheceram sobre o protagonismo negro em processos sociais, políticos, econômicos e culturais. Assim, a revisão crítica dos conteúdos presentes nos livros didáticos é condição essencial para superar estereótipos e romper com visões distorcidas do passado.

A história do livro didático brasileiro, especialmente após a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) em 1937, reflete as transformações políticas, culturais e pedagógicas do país. Desde sua origem, durante o governo de Getúlio Vargas, o INL assumiu o papel de regular e fiscalizar as publicações escolares, buscando fortalecer a identidade nacional e difundir valores cívicos e morais. No contexto do Estado Novo (1937–1945), o livro didático foi utilizado como instrumento de propaganda ideológica e



de formação do cidadão patriota, expressando o caráter autoritário e centralizador do regime (Cassiano, 2013).

Com o término do Estado Novo e o início do período democrático (1946–1964), o INL passou a fomentar a leitura e apoiar a produção editorial, acompanhando a expansão da educação básica e o crescimento das editoras nacionais (Brasil, 1937). Com o processo de redemocratização (a partir de 1985), o livro didático passa a ser concebido como um direito educacional, e o Estado assume a responsabilidade de distribuí-lo gratuitamente por meio do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado pelo Ministério da Educação. Essa política pública garantiu acesso universal e introduziu critérios técnicos e pedagógicos de avaliação, voltados à eliminação de preconceitos, erros conceituais e estereótipos. Nas décadas seguintes, o PNLD foi ampliado, incluindo obras destinadas ao ensino médio, à educação infantil e à educação de jovens e adultos (EJA). A aprovação da Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, e da Lei nº 11.645/2008, que incluiu a temática indígena, representou um marco na inclusão da diversidade étnico-racial nos livros didáticos. (Silva; Marques, 2025; Apolinário, 2025).

O Ministério da Educação passou a exigir que as obras contemplassem princípios de pluralidade cultural, igualdade de gênero e combate à discriminação, consolidando o livro didático como instrumento de valorização da diversidade e da cidadania. Atualmente, o livro didático brasileiro é compreendido como uma ferramenta pedagógica, cultural e social, que vai além da transmissão de conteúdos. Ele busca promover inclusão, pensamento crítico e respeito à diversidade, articulando-se às demandas contemporâneas da educação (Barbosa, 2025). A trajetória do livro didático, desde o INL até o PNLD e a BNCC, revela um percurso que acompanha as mudanças históricas do país: de um instrumento de controle e padronização ideológica a um recurso de emancipação, democratização do saber e valorização das identidades culturais. Com isso, compreender a evolução do livro didático significa compreender também a própria história da educação brasileira, marcada por disputas, conquistas e busca permanente por qualidade e equidade no ensino. (Silva; Marques, 2025, Apolinário, 2025).

METODOLOGIA

A presente pesquisa centrou-se na abordagem qualitativa, pois os fenômenos observados não são traduzidos em dados numéricos e, também, por não serem expressos



de modo estatístico; além disso, tal abordagem favorece o entendimento da complexidade das interações sociais e – particularmente neste levantamento – as que se referem ao ambiente escolar, permitindo uma análise ampla dos processos de ensino e aprendizagem, especialmente em contextos nos quais se investigam práticas pedagógicas inovadoras (Minayo, 2019). Contudo, a abordagem qualitativa tem como princípio a sistematização de dados, sua interpretação e análise, porém, os sentidos e significados sobre um objeto de estudo são expressos de forma mais abrangentes e sem que haja necessidade de expressá-los a partir de dados numéricos (Gil, 2021).

Tomando por referência a materialidade do tema, optou-se por analisar livros didáticos do componente curricular História para os anos finais do ensino fundamental à luz da técnica de análise documental proposta por Cellard (2019). O referido autor destaca que documento é todo material, independente do suporte, que pode ser submetido a análise (ibidem, 2019). Dessa forma, o livro didático é considerado um documento por materializar os conteúdos curriculares que são selecionados para compor as obras didáticas. O livro didático analisado foi o da coleção *Jovem Sapiens* da editora Scipione, participante do PNLD 2024 e utilizado em uma escola estadual localizada no município de Campos dos Goytacazes, RJ.

Após análise sistemática destes produtos, foram criadas categorias analíticas a partir do método conhecido como análise de conteúdo proposto por Bardin (2016). Segundo a autora, a unidade de registro é definida como o “[...] segmento de conteúdo considerado unidade base, visando a categorização e a contagem frequencial” (ibidem, 2016, p. 134), tendo como correspondência a unidade de contexto que corresponde ao “[...] segmento da mensagem, cujas dimensões (...) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro” (ibidem, 2016, p. 137).

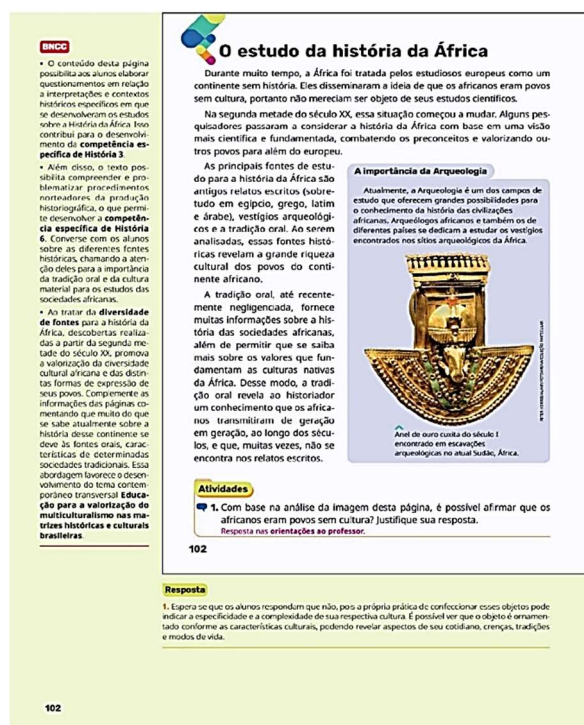
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar o conteúdo referente ao continente africano no livro *Jovem Sapiens – História* (6º ano), observa-se uma lacuna significativa no tratamento da temática da escravidão e das populações negras. A obra apresenta apenas breves referências aos povos africanos, mencionando que os escravizados eram “estrangeiros capturados em guerras”, sem, contudo, detalhar o processo histórico, econômico e humano que envolveu o tráfico transatlântico e a escravização em larga escala de africanos. Inicia o capítulo 4 dizendo: “Durante muito tempo a África foi tratada pelos estudiosos europeus como um continente



sem história” (p. 102). Essa abordagem reduzida e descontextualizada não permite compreender a complexidade do sistema escravista, suas motivações políticas e econômicas, nem as profundas consequências sociais e culturais que esse processo gerou tanto na África quanto no Brasil. A ausência de uma narrativa que evidencie o protagonismo, as resistências e as trajetórias dos povos africanos e afrodescendentes resulta em uma leitura limitada da História, contrariando os princípios da Lei nº 10.639/2003, que determina a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em todas as etapas da educação básica. Ao restringir-se a uma explicação genérica sobre a escravidão, sem destacar a riqueza cultural, política e social das sociedades africanas, o livro acaba por reforçar uma visão eurocêntrica da história, relegando os africanos a uma condição passiva (Fig. 1).

Figura 1. Livro didático de história do 6º ano.



No volume destinado ao 7º ano, observa-se um avanço significativo na forma como o livro *Jovem Sapiens – História* aborda o continente africano e seus povos. Diferentemente do volume anterior, este apresenta uma descrição mais detalhada sobre as sociedades africanas, destacando a diversidade cultural, os reinos existentes — como Mali, Gana, Congo e Benin, além de aspectos relacionados à organização política, à economia e à vida cotidiana dessas populações. O capítulo 3 desta obra é muito rico (Fig. 2). A obra também aborda de maneira mais explícita o processo da escravidão, explicando

como ele se desenvolveu no contexto da expansão marítima europeia e da colonização da América. Essa contextualização histórica contribui para que o estudante compreenda que a escravização dos povos africanos não se deu de forma espontânea ou isolada, mas esteve vinculada a interesses econômicos globais e à formação do sistema colonial. Outro ponto positivo é a inclusão de conteúdos sobre religião, costumes e manifestações culturais africanas, o que reforça a pluralidade e a riqueza das sociedades do continente antes da chegada dos europeus. Essa abordagem contribui para desconstruir estereótipos e valorizar a herança africana como parte fundamental da formação histórica e cultural do Brasil.

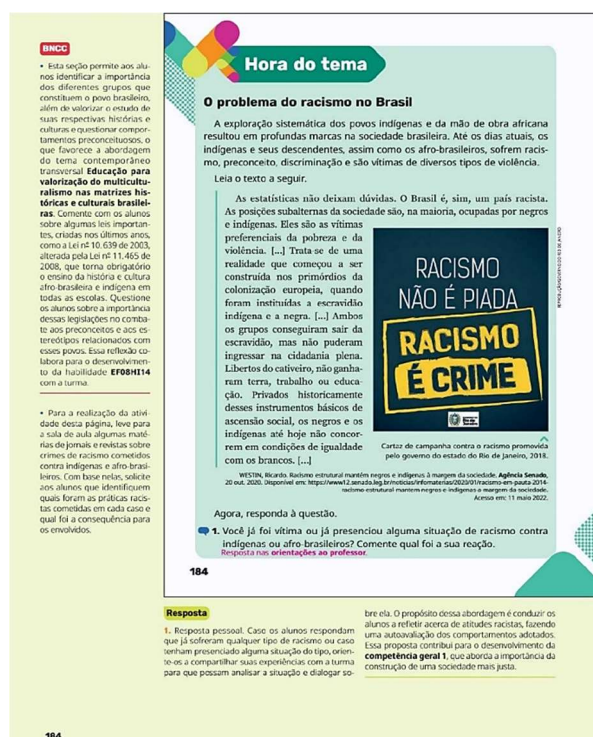
Figura 2. Livro didático de história do 7º ano.



No volume destinado ao 8º ano, o livro *Jovem Sapiens – História* inicia sua abordagem centrando-se no continente americano, especialmente nos processos de independência e nas transformações políticas e sociais ocorridas nos séculos XVIII e XIX. O capítulo 7 dedica-se à independência do Brasil, apresentando os principais acontecimentos que levaram à ruptura com Portugal. Entretanto, observa-se uma lacuna relevante quanto à contextualização do início da colonização e de como as estruturas coloniais contribuíram para a consolidação da escravidão africana e da desigualdade racial no país. O tema da manutenção da escravidão aparece apenas de forma superficial,

sem uma análise mais profunda das motivações econômicas, sociais e políticas que sustentaram esse sistema por mais de três séculos. Embora o livro apresente, na página 184, um texto de Ricardo Westin (2020) sobre racismo estrutural, o conteúdo é tratado de modo introdutório, sem o devido aprofundamento conceitual e histórico que o tema requer (Fig. 3). A discussão, que poderia ser uma excelente oportunidade para relacionar o passado escravista às desigualdades raciais contemporâneas, acaba sendo limitada a uma leitura pontual, sem conexão com os demais conteúdos do capítulo.

Figura 3. Livro didático de história do 8º ano.



Mais à frente, ao tratar da expansão cafeeira brasileira, o livro menciona o trabalho escravo nos cafezais e o fim do tráfico de pessoas escravizadas, porém não faz referência a nenhum movimento em prol da liberdade dos escravizados, tampouco cita nomes de figuras negras de relevância histórica que tenham lutado pela abolição. Além disso, ao abordar o tema dos quilombos, nas páginas 238 e 239, o conteúdo aparece de forma bastante superficial, sem contextualizar a importância política, social e cultural dessas comunidades como espaços de resistência e organização coletiva. Essa falta de continuidade e de protagonismo histórico faz com que a obra comece a tratar bem o tema da escravidão e do racismo, mas não o desenvolva como se espera de um material alinhado à Lei nº 10.639/2003. A ausência de uma abordagem consistente sobre as lutas abolicionistas, o papel dos líderes negros e as consequências do pós-abolição fragiliza a

compreensão dos processos históricos que moldaram a sociedade brasileira. Mesmo reconhecendo que ainda há muitas temáticas a serem exploradas de forma mais profunda e contextualizada, não se pode deixar de destacar que, na página 263, o livro apresenta o Estatuto da Igualdade Racial. Essa inserção representa um avanço importante, pois evidencia a tentativa de relacionar o conteúdo histórico ao marco legal contemporâneo de combate ao racismo e de promoção da equidade racial. Contudo, a menção aparece de maneira pontual e poderia ser melhor aproveitada se articulada com uma análise mais ampla sobre a efetivação dos direitos da população negra no Brasil atual.

No 9º ano, a coleção *História Jovem Sapiens* apresenta uma abordagem significativa e aprofundada sobre o tema do racismo, tratando-o de maneira condizente com a importância que a temática requer. Neste exemplar, os autores valorizam a trajetória histórica da população negra no Brasil, reconhecendo os movimentos, o sofrimento, o sangue derramado e as injustiças enfrentadas ao longo do tempo. Já no primeiro capítulo, o livro aborda questões sociais relacionadas à etnia, à segregação e ao preconceito, introduzindo também personagens ligados à Frente Negra Brasileira e destacando o período pós-abolição (Fig. 4). São contemplados aspectos como a formação dos primeiros cortiços, a retomada da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e o estudo dos movimentos negros nos Estados Unidos, incluindo o regime do apartheid. Trata-se, portanto, de um exemplar bem estruturado e contextualizado, que cumpre de forma satisfatória as orientações da Lei 10.639/2003 e da BNCC, ao promover uma leitura crítica sobre a história e a cultura afro-brasileira. Considerando a relevância e a profundidade de sua abordagem, esse conteúdo não deveria ser restrito apenas ao último ano do Ensino Fundamental, mas explorado de forma gradual e contínua ao longo de todos os anos finais, permitindo uma construção mais sólida e consistente da consciência histórica dos estudantes.



[illegible]

Em seus estudos, ela argumenta que o sistema educacional brasileiro tem historicamente reforçado a exclusão da população negra, seja pela ausência de representatividade nos currículos, seja pela falta de equidade no acesso e permanência de estudantes negros nos espaços acadêmicos. Para combater esse quadro, Gomes (2017) defende a necessidade de uma pedagogia antirracista, que valorize as epistemologias negras e reconheça a influência africana na formação da sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise possibilitou identificar a materialidade desta temática nos livros didáticos de História com foco na contribuição do negro para a estruturação histórica, social e cultural da sociedade brasileira, bem como a compreensão do processo de escravização contada a partir de um viés que tenta se distanciar da perspectiva eurocêntrica. Entretanto, observa-se a necessidade de novas pesquisas sobre a temática, uma vez que este trabalho não pretende esgotar uma discussão tão urgente e necessária da contemporaneidade. Dessa forma, cabe se debruçar em pesquisas que visam analisar como esta materialidade contribui no enfrentamento contra o racismo e possibilita práticas pedagógicas antirracistas no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, M. J. O livro didático e a Lei 11.645/08: A temática indígena no ensino de História. **Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer**, 18 (36): 282-297, 2021. Disponível em: <https://www.conhecer.org.br/enciclop/2021B/o%20livro.pdf>. Acesso em: 26 out. 2025.

BARBOSA, P. R. **Inclusão e diversidade na atual conjuntura escolar brasileira**. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/2166>. Acesso em: 26 out. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016. 279 p.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1959.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394/96 para incluir o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Diário Oficial da União, 2003.

CASSIANO, C. C. **Livro didático: políticas públicas e mercado editorial**. São Paulo: Cortez, 2013.

CELLARD, A. Análise documental. In: POUPART, J.; DESLAURIES, J.P.; GROULX, L.H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P.; JACCOUD, M.; CELLARD, A.; HOULE, G.; GIORGI, A.; KÉRISIT, M. (Org.). **Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. 464 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.



GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** São Paulo: Vozes, 2017.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

RIBEIRO, DARCY. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.204

SILVA, W. S.; MARQUES, E. P. S. Educação e relações étnico-raciais: a Lei 10.639/03, a formação docente e o espaço escolar. **Horizontes**, 33 (2): 47-56, 2015.

Disponível em:

<https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/download/296/93/811>. Acesso em: 26 out. 2025.

SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2011.

